

Belo Horizonte, 16 de Outubro de 2007

Exmo Senhor
General-de-Exército Enzo Martins Peri
Comandante do Exército Brasileiro
Brasília

Temos a honra de nos dirigirmos ao ilustre general, solicitando que conceda um pouco de seu precioso tempo e atenção, para receber esta mensagem em nome do coordenador da *Caravana nacional em defesa do rio São Francisco e do semi-árido, e contra a transposição*, do presidente do *Comitê da bacia hidrográfica do rio São Francisco*, para relatarmos questão relevante para o país e que nos envolve a todos. Estamos solicitando ao ilustre general que nos ouça e encaminhe esta questão à consideração do ilustre ministro da defesa, senhor Néelson Jobim.

O diagnóstico da bacia do São Francisco contido no *Plano decenal de recursos hídricos da bacia do São Francisco*, aprovado em outubro de 2004 pelo Comitê de bacia hidrográfica demonstra alto grau de degradação ambiental decorrente de intervenções antrópicas ocorridas nas últimas décadas. Destacam-se a construção de 8 barragens na calha do rio, o desmatamento generalizado provocado pela atividade de produção agrícola e animal, extração de carvão para as siderúrgicas mineiras, introdução da agricultura irrigada com tecnologias produtoras de gastos excessivos de água e o lançamento de efluentes domésticos, industriais, minerários, agrícolas e animais ao longo de toda a bacia.

Em função deste diagnóstico, da necessidade de manutenção do funcionamento das barragens com baixo risco para o fornecimento de energia elétrica para todo o Nordeste brasileiro e da manutenção de vazão ecológica na bacia, o *Comitê de bacia hidrográfica do rio São Francisco* determinou que o consumo de água em toda bacia deve ser de 360m³/s. Esta decisão ocorreu de acordo com os artigos 7 e 37 da lei 9433/97 tendo como base estudos técnicos da *Agência nacional das águas* e dos órgãos gestores de recursos hídricos dos estados da bacia. A fixação de um valor máximo de retirada implica em auto-limitações de uso e de desenvolvimento econômico para todas as unidades federativas envolvidas, mas visa atingir um objetivo maior: promover a revitalização e manter a sustentabilidade do rio e a conciliação entre usos consuntivos e não consuntivos. Por exigir uma ampla negociação entre todos os atores envolvidos e entre e as unidades da federação que compõem a bacia, trata-se, na realidade, da primeira etapa do **Pacto de Gestão das Águas da Bacia do São Francisco**. O passo seguinte, a fixação dos valores de entrega dos afluentes do rio São Francisco e a distribuição espacial da vazão alocável entre os estados da bacia, não foi ainda efetivado em função da licença de instalação da obra da Transposição programada para captar 127m³/s da bacia e transferir para bacias de estados fora da bacia do São Francisco, com outorga média concedida pela ANA de 64m³/s.

Com base nesta avaliação encaminhamento proposta ao presidente da república através de carta enviada a dois governadores do PT que prometeram este encaminhamento à Caravana. A proposta que unifica a todos nós que participaram e apoiaram a Caravana é a seguinte:

- 1- Adução de 9m³/s para os estados de Pernambuco e Paraíba redimensionando o projeto atual de 28m³/s, através de termo de ajustamento entre o empreendedor e o Ministério Público Federal com interveniência dos estados da bacia, do estado da Paraíba e do Comitê de Bacia do Rio São Francisco.
- 2- Suspensão do Eixo Norte da Transposição.
- 3- Adoção das obras previstas no Atlas do Nordeste de Abastecimento de Água que ainda não estão contempladas no PAC com ênfase para o Oeste do estado do Ceará e Sertão Central/Inhamuns.
- 4- Incremento do apoio da União à introdução de tecnologias que garantam o abastecimento de água e produção da população que reside no meio rural do Semi-Árido Brasileiro.
- 5- Apoio à revitalização das bacias hidrográficas dos rios Jaquaribe no Ceará e Piranhas-Açu no Rio Grande do Norte.
- 6- Apoio técnico-político ao Comitê de Bacia do São Francisco para elaboração do **Pacto de Gestão das Águas do São Francisco** com inclusão imediata do atendimento às demandas para abastecimento humano do estado da Paraíba e consideração dos pleitos dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte para abastecimento humano e dessedentação de animais.
- 7- Coordenação pela União da elaboração de um Plano de Desenvolvimento para todo o Semi-Árido Brasileiro, sustentável e socialmente inclusivo.

O licenciamento da obra e a outorga além de desconsiderarem o Plano da Bacia que admitiu alocação externa apenas para abastecimento humano e dessedentação animal, provoca significativo conflito entre os estados da bacia, entre estes e os estados receptores e entre usuários da bacia do São Francisco.

A segurança jurídica da obra da transposição não está assegurada já que tramitam diversas ações no STF sendo que nenhuma delas ainda foi julgada no mérito. Dentre elas destacam-se as que referem às nações indígenas e aquelas que questionam o EIA-Rima que não considerou nenhum impacto para os estados à montante e a jusante do início da obra.

O Exército Brasileiro tem participação importante na vida do país através da defesa de nossas fronteiras, de apoio permanente a comunidades carentes no norte do país e quando solicitado, em outras regiões, inclusive através de projetos e obras de engenharia em áreas que sofreram desastres e calamidades. É reconhecida a solidariedade prestada às populações vizinhas de suas instalações em todo o território brasileiro.

A participação do Exército iniciando a obra da transposição causa estranheza a diversos setores governamentais e não governamentais do país. A obra se encontra longe das fronteiras internacionais, não tem caráter de apoio a comunidades carentes, está distante das instalações da força e não se localiza em áreas risco ou que sofreram desastres e calamidades. Além disto, o projeto provoca um conflito federativo, não tem segurança jurídica e não foi licitado.

O Ministério da Integração Nacional tem informado, em seu sitio eletrônico, que o Exército contratou uma empresa privada de engenharia para realizar uma obra cuja licitação tem contestações judiciais no Superior Tribunal de Justiça. E sabemos que o Exército recebeu R\$ 100 milhões para a obra.

Mesmo a justificativa de que a participação em obras, que não se enquadram exatamente na missão do Exército é importante para o treinamento e adestramento dos oficiais e sargentos, não cabe neste caso. Um projeto polêmico contestado no Supremo por estados da federação, usuários de água e sociedade civil da bacia, assumido desta forma, dá uma conotação não nacional, para constitucional e política à atuação do Exército Brasileiro podendo prejudicar sua imagem e sua missão estabelecida na Carta Magna.

Apolo Heringer Lisboa

Coordenador da Caravana nacional em defesa do São Francisco e do semi-árido, e contra a transposição

Presidente do Comitê da bacia hidrográfica do rio das Velhas

Dom Frei Luiz Flávio Cappio

Bispo de Barra, Bahia

Antonio Thomaz Gonzaga da Matta Machado

Presidente do Comitê da bacia hidrográfica do rio São Francisco

Anexar Revista da Transposição

Revista Manuelzão com relato da Caravana

Carta aos Governadores